

RACIALIDADE E PSICOLOGIA: PERCEPÇÕES DE PSICÓLOGOS EM FORMAÇÃO

RACIALITY AND PSYCHOLOGY: PERCEPTIONS OF PSYCHOLOGISTS IN TRAINING

 <https://orcid.org/0000-0002-2716-2566> Maira Aparecida Fraga Miranda^A

 <https://orcid.org/0000-0003-0900-4262> Robert Filipe dos Passos^B

^AUniversidade de Passo Fundo (UPF), Passo Fundo, RS, Brasil

^B Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, AM, Brasil

Recebido em: 26 fev. 2023 | Aceito em: 22 dez. 2023

Correspondência: fragamirandam@gmail.com; robert.passos@ufam.edu.br

Resumo

A Psicologia, enquanto ciência e profissão, se ocupa de compreender e intervir sobre a subjetividade dos sujeitos, promovendo saúde mental. Considerando o desenvolvimento da prática no Brasil, – país no qual a maioria da população é negra – se denota a necessidade de se pensar uma atuação profissional antirracista. Dessa forma, o presente trabalho de conclusão de curso em Psicologia objetivou promover a reflexão a respeito do estudo da racialidade nas graduações de Psicologia como subsídio para uma postura profissional ética perante a temática. Para tanto, foi desenvolvida uma revisão teórica acerca de racialidade, racismo estrutural e racismo institucional, relacionando ainda racialidade com produção de conhecimento, ensino superior, e Psicologia. Em seguida, na perspectiva de uma metodologia qualitativa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com nove estudantes de Psicologia de diferentes instituições de ensino superior da cidade de Passo Fundo (RS). Os resultados possibilitaram discussões sobre a identificação do racismo, a presença negra no processo formativo, a apropriação do debate racial e a abordagem da racialidade. Demonstraram ainda, o sentimento de despreparo dos estudantes para atuar levando em consideração o tema enquanto profissionais, sentimento este derivado da ausência ou superficialidade da sua abordagem durante o processo formativo. Desta forma, considera-se essencial repensar a preparação de psicólogos para uma atuação que não perpetue ou compactue com a reprodução do racismo.

Palavras-chave: Formação do psicólogo; Negro; Psicologia; Racialidade; Racismo.

Abstract

Psychology, as a science and profession, is concerned with understanding and intervening on the subjectivity of subjects, promoting mental health. Considering the development of the practice in Brazil – a country in which the majority of the population is black – there is a need to think about an anti-racist professional activity. In this way, the present work of conclusion of course in Psychology aimed to promote reflection on the study of raciality in Psychology graduations as a subsidy for an ethical professional attitude towards the subject. To this end, a theoretical review of raciality, structural racism and institutional racism was developed, also relating raciality to knowledge production, higher education, and Psychology. Then, from the perspective of a qualitative methodology, semi-structured interviews were conducted with nine Psychology students from different higher education institutions in the city of Passo Fundo (RS). The results enabled discussions on the identification of racism, the black presence in the training process, the appropriation of the racial debate and the approach to raciality. It also demonstrated the student's feeling of unpreparedness to act on the subject as professionals, derived from the absence or



superficiality of the approach to raciality. Therefore, it is essential to rethink the preparation of psychologists for a performance that does not perpetuate or condone the reproduction of racism.

Keywords: Psychologist training; Black; Psychology; Raciality; Racism.

Introdução

Ao discutir racialidade, Guimarães (1999a) descreve raça como sendo um constructo sociocultural, classificando-a como raça social ou política, na medida em que do ponto de vista simbólico demarca processos de opressão pelos quais negros passam diariamente. De forma similar, Schucman, Nunes e Costa (2017), destacam que tal fenômeno sociocultural impacta diretamente nas desigualdades materiais e simbólicas vividas por negros, perpassando modos de subjetivação e a própria suscetibilidade ao sofrimento psíquico derivado de experiências discriminatórias como o racismo.

Conforme aponta o Conselho Federal de Psicologia (2017), a Psicologia posicionou-se como cúmplice do racismo ao produzir conhecimentos que o legitimam, e atualmente ainda se mostra conivente ao silenciar-se diante do tema. Nessa perspectiva, o Conselho Federal de Psicologia (2017) chama atenção para a responsabilidade social prevista no Código de Ética Profissional do Psicólogo. No entanto, para que psicólogos desenvolvam uma postura crítica e contribuam para a eliminação do preconceito racial, esses profissionais devem entrar em contato com o estudo das relações raciais já em sua formação de base.

Considerando tais aspectos, justifica-se o presente trabalho pela relevância de se investigar de que forma está se dando a preparação de psicólogos para acolherem demandas oriundas de vivências de preconceito racial sofrido por pessoas negras, e conseqüentemente, em que medida estes se sentem seguros para uma atuação profissional que não compactue com práticas racistas. Nesse sentido, tomou-se como objetivo de uma pesquisa a promoção de uma reflexão a respeito do estudo da racialidade nas graduações de Psicologia como subsídio para uma postura profissional ética perante o tema. Esta pesquisa foi realizada utilizando uma metodologia qualitativa, a partir de entrevistas semiestruturadas com nove estudantes de Psicologia de diferentes instituições de ensino superior de uma cidade do norte do Rio Grande do Sul.

Revisão de literatura

Racialidade

Na atualidade, ao passo em que cresce o debate acerca do racismo na mídia, observa-se a necessidade de que essa discussão seja baseada em referências teóricas que auxiliem na compreensão de raça e suas implicações na vida e subjetividade de pessoas negras.

Retornando à raiz etimológica de raça, Munanga (2003), descreve que o termo surgiu a partir do italiano *razza* e derivado do latim *ratio*, que significa espécie, termo transportado da zoologia para legitimar relações de dominação entre grupos sociais nos séculos XVI e XVII, pelo francês François Bernier. Da mesma forma, Guimarães (1999a) ressalta que as raças surgiram como subdivisões da espécie humana, onde as populações nativas dos diferentes continentes foram associadas não apenas às suas características físicas, mas também morais, psicológicas e intelectuais, dando base para a hierarquização das sociedades.

Reiterando a não existência de subdivisões genéticas da espécie humana que correspondam a tais características ou qualidades, Guimarães (1999a) destaca que tais diferenças entre os grupos e populações só podem ser cientificamente explicadas por diferenças culturais. Sendo assim, apesar de não possuir fundamentação biológica, tal concepção moldou modos de pensar, agir e de se relacionar, estruturando preconceitos sobre sujeitos de diferentes grupos sociais. Dessa maneira, entende-se que o esforço em evitar este termo ou sua substituição errônea obstaculiza uma discussão efetiva, pois nele há o potencial crítico necessário para se denunciar o racismo e gerar mudanças positivas na sociedade atual.

Racismo estrutural e institucional

Para discutir relações raciais no Brasil, não se pode desconsiderar o contexto histórico escravocrata em que este país se desenvolveu e a influência dessa violência na vida de pessoas negras até os dias atuais. Como afirmam Oliveira e Oliveira (2015) e também Moraes (2013), a falta de políticas de suporte e a introdução de medidas socioeconômicas que impediram a população negra de se tornar empreendedora no período pós-abolição resultou na falta de oportunidades e na manutenção do quadro de desigualdade.

É necessário compreender que nesse período, entendia-se a grande presença de pessoas negras como indesejável e não condizente com o ideal de sociedade que se almejava atingir. Segundo Oliveira e Oliveira (2015), nas primeiras décadas do século XX o Estado estava focado na ideologia do embranquecimento enquanto projeto de modernização da sociedade

brasileira, o que implicou na substituição da mão de obra nacional pela estrangeira, especialmente vindoura da Europa.

Por conseguinte, observa-se que brancos se encontram em posição de privilégio aos negros em diversos aspectos, mas especialmente no que diz respeito à detenção de benefícios materiais e simbólicos. Assim, verifica-se que o racismo, enquanto ideologia, é um fenômeno social extremamente abrangente e complexo. Segundo o Instituto da Mulher Negra ([s.d.]a), o racismo necessita também ser reconhecido enquanto um sistema, já que se desenvolve e atua através de estruturas, políticas, condutas e normas que acabam por definir oportunidades e valores para populações de acordo com sua aparência.

Para Kilomba (2019) o racismo estrutural se dá na medida em que estruturas oficiais operam de forma a deixar grupos racializados em desvantagem, os mantendo excluídos das estruturas dominantes. Já o racismo institucional, “se refere a um padrão de tratamento desigual nas operações cotidianas tais como em sistemas e agendas educativas, mercados de trabalho, justiça criminal, etc.” (KILOMBA, 2019, p. 77-78).

O Conselho Federal de Psicologia (2017), como representação máxima da categoria profissional da Psicologia, em um de seus documentos orientativos sinaliza que a população negra se encontra mais exposta à violência e à injustiça social, tendo de conviver diariamente com a intolerância, com o desrespeito e com o não reconhecimento da negritude na formação da identidade brasileira. Conclui-se, portanto, que apenas através de ampla discussão acerca do racismo institucional poderá se chegar a estratégias e ações que favoreçam seu enfrentamento.

Racialidade e produção de conhecimento

Para prosseguir com a discussão acerca da complexidade da racialidade no contexto contemporâneo, cabe realizar um resgate histórico objetivando expor momentos de legitimação de discursos racistas pela ciência. Andrade (2017) traz uma importante reflexão acerca da “opacidade do iluminismo”, na qual apresenta a hipótese de que ao determinar o modelo filosófico e de racionalidade europeu como horizonte para o estudo dos povos, a filosofia moderna lançou bases para o etnocentrismo e para discursos racistas.

Conforme Andrade (2017), a centralidade do recurso à razão surge no discurso filosófico da era moderna como instância de validação da verdade, de modo que a Filosofia e o Iluminismo apostam que o discurso racional teria a mesma objetividade para estudar o

aperfeiçoamento moral dos povos quanto teria para o estudo das ciências naturais desenvolvido até então. Tal confiança na ciência como capaz de avaliar diferentes povos de forma fidedigna, se deve à atribuição de um caráter impessoal e objetivo a estes discursos iluministas.

Esta noção aproxima-se daquilo que Castro-Gómez (2007) definiu como a “hybris do ponto zero”, que fala da suposta capacidade autodeterminada pelos pensadores europeus em ocupar uma condição de neutralidade em relação a seus próprios pontos cegos, transcendendo a contingência social, cultural e política em que se encontram, sendo capazes de assim, assumir a premissa de que são capazes de avaliar toda e qualquer produção intelectual de forma neutra. Da mesma forma, Mignolo (2017) irá fazer referência que a colonialidade é o lado oculto da modernidade, que nega a fundação de seus pressupostos racionais, iluminados pela capacidade da razão, mediante o genocídio negro e indígena, bem como os epistemicídios que acompanham este processo histórico, econômico, político e social.

Andrade (2017) aponta que enquanto o modelo europeu era colocado como régua para medir o nível de progresso moral de outros povos, se justificava a servidão e se retirava do continente africano a possibilidade de se auto determinarem com base em seus valores, crenças e cultura. Ou seja, esse discurso impedia que o povo negro tivesse qualquer autonomia para falar sobre si mesmo, ficando à mercê da produção de conhecimento feita por outros sobre si.

Seguindo adiante, cabe discutir também a criação e disseminação de uma “ciência” que proliferava o discurso da eugenia, pelo inglês Francis Galton. Como sugere Masiero (2005), este estatístico, naturalista e psicólogo que viveu de 1822 a 1911, buscou definir as diretrizes para o estudo das qualidades inatas mentais das ‘raças humanas’, de modo que manipulando a hereditariedade se pudesse garantir que aqueles grupos com melhor ‘qualidade racial’ tivessem mais descendentes.

Apesar de se observar grandes avanços na produção de conhecimento sobre raça e racialidade, Kilomba (2019) aponta que o ambiente acadêmico historicamente tem sido um espaço onde acadêmicos brancos construíram discursos teóricos que subordinaram africanos e pessoas negras. Dessa forma, defronta-se com a perpetuação de um modelo de conhecimento que não reconhece ou valida produções de outras perspectivas que não a etnocêntrica.

Racialidade e ensino superior

A educação se constitui em um importante fator na possibilidade de mobilidade social e por consequência na redução da desigualdade econômica percebida entre brancos e negros no Brasil. Sendo assim, destaca-se a importância de discutir a presença dos negros no ensino superior considerando o advento das ações afirmativas e o estudo da racialidade neste contexto.

Silva (2013), ao discutir o panorama social da população negra, aponta que os negros ainda apresentam menor escolaridade em todos os níveis, assim como tem que lidar com as piores condições de aprendizagem e com o maior nível de defasagem escolar. Tal configuração tem raízes que remetem ao regime escravagista que vigorou no Brasil por quase quatro séculos e a falta de suporte do Estado que a população negra enfrentou no período pós-abolição.

Assim, de acordo com Carvalho (2007), as universidades estabeleceram-se como espaços institucionais brancos e ao longo do século XX não tomaram iniciativas para corrigir tal exclusão racial. Dessa forma, denota-se que a configuração racial observada nas universidades do país atualmente possui fortes bases históricas.

Silvério (2007) entende as políticas de ação afirmativa como políticas sociais compensatórias, intervenções do Estado que buscam atender demandas da sociedade civil para garantir o cumprimento de direitos sociais não abarcados na lógica universalista. Uma das políticas de ação afirmativa mais discutidas é a adoção de cotas, estratégia que segue gerando incômodo na sociedade pela necessidade de se reconhecer a exclusão social do negro e tensionar privilégios naturalizados.

Diante de tal realidade, surgem conceitos referentes à necessidade de questionar qual o conhecimento disseminado como verdade e por quem ele é produzido. Para Veiga (2019) como resultado da colonização europeia, apenas a produção de conhecimento criada por homens brancos europeus passou a ser reconhecida como relevante, e que descolonizar implica questionar isto, criando e restaurando um senso de valor sobre a produção de conhecimento negra.

Destaca-se assim que só com o avanço de políticas que promovam maior presença e permanência da população negra na graduação e pós-graduação se poderá ter um movimento que – aliado a outras ações afirmativas – contribua para o estudo da racialidade, bem como para um recuo da desigualdade social derivada do racismo.

Racialidade e Psicologia

A ciência psicológica apresenta grande potencial para a compreensão de como a racialidade interfere nas relações em sociedade, e especialmente sua influência sobre a subjetividade dos sujeitos. Nesse sentido, propõe-se um debate que possibilite compreender de que forma racialidade e psicologia vêm se relacionando ao longo do tempo, e como se apresentam interligadas na atualidade.

De início, em documentos elaborados pelo Conselho Federal de Psicologia (2017) verifica-se que a Psicologia Brasileira historicamente se posicionou como cúmplice do racismo, validando cientificamente estereótipos discriminatórios derivados das teorias eurocêntricas. Masiero (2005), discorre que em diversos momentos houve cooperação entre os saberes psicológicos e as teorias raciais e eugênicas dominantes no universo científico circundante.

Com o passar das décadas, no entanto, surge um outro olhar acerca da miscigenação racial, e este fenômeno até então tido como um perigo para o desenvolvimento social, agora surge como estratégia de embranquecimento. A partir daí, ocorre uma tentativa de embranquecer a população através de políticas imigratórias que favoreciam a vinda de europeus para o Brasil. Nesse momento então, segundo Masiero (2005), se observa que a Psicologia é convocada enquanto ciência que poderia fornecer instrumentos de testagem para a seleção dos imigrantes desejáveis para o país.

Posteriormente, o discurso ideológico voltado para o embranquecimento perde espaço para o de democracia racial trazido por Gilberto Freyre. Encontra-se descrito pelo Conselho Federal de Psicologia (2017), que a ideia de democracia racial diria respeito a uma suposta convivência harmoniosa entre brancos e negros no Brasil, encobrendo o racismo estrutural enraizado na sociedade brasileira.

Já em meados da década de 1980, surge o trabalho do sociólogo Hasenbalg, que conforme Schucman e Martins (2017), ao denotar a raça como um componente das estruturas sociais faz com que se retire o cunho biológico desse conceito, e que a Psicologia passe também a compreender esta como uma categoria social que diferencia, hierarquiza e localiza sujeitos na sociedade. Assim, a partir desse marco, os estudos da Psicologia sobre o racismo de caráter essencialmente patologizante passam a ser tensionados e se preocuparem, dentre outras questões, com os efeitos do racismo.

Castelar e Santos (2012) destacam que a partir desse momento ocorrem algumas iniciativas da Psicologia sobre o tema, tal como a promovida pela Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia, que ao eleger o ano de 2002 para refletir sobre humilhação social e o sofrimento psíquico derivado do racismo, lançou a campanha ‘O Preconceito Racial Humilha, A Humilhação Social Faz Sofrer’. Esta campanha, por sua vez, resultou na resolução do CFP nº 018/2002, que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial.

Depois dessa importante e necessária medida, cada vez mais os movimentos sociais foram se articulando com a categoria da Psicologia, sendo promovidos estudos, encontros e eventos tratando do papel dessa área no combate aos mais diversos preconceitos. No entanto, se observa que apesar disso, conforme Schucman e Martins (2017), ocorre ainda baixa atenção da categoria perante a temática.

Nesse sentido, é preciso que se perceba a formação de psicólogos(as) como “um momento privilegiado de construção de saberes e apresentação de teorias a respeito das mais diversas problemáticas” (SANTOS; SCHUCMAN, 2015, p. 135-136). E desta forma, seja incluída e/ou ampliada neste processo a abordagem das relações raciais, de modo que isso contribua para uma atuação profissional crítica e que não perpetue práticas racistas.

Metodologia

Este estudo foi elaborado como trabalho de conclusão de curso de graduação em Psicologia e pretendeu explorar percepções de psicólogos(as) em formação a respeito de racialidade e Psicologia, tendo caráter qualitativo descritivo. Conforme Diehl (2004) a pesquisa qualitativa descreve a complexidade de determinado problema, sendo necessária para compreender e classificar processos dinâmicos vividos nos grupos.

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Passo Fundo, através do parecer 4.197.394 de seis de agosto de 2020. E em seguida foram contatados e entrevistados, através do método bola de neve, estudantes de Psicologia da cidade de Passo Fundo, que manifestassem interesse em participar da pesquisa e preenchessem os critérios de inclusão (maiores de 18 anos, com matrícula ativa e cursando no mínimo o quinto semestre).

Conforme Vinuto (2014), a amostragem bola de neve se utiliza de cadeias de referência para localizar pessoas com o perfil necessário para a pesquisa, sendo utilizada para

fins exploratórios. Dessa forma, acessou-se a população pesquisada através da rede de contatos dos participantes, aspecto relevante considerando o público desta pesquisa.

Através de devida assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, foi realizada uma coleta de dados com nove participantes, através de entrevistas semiestruturadas. Segundo Boni e Quaresma (2005, p. 75), as entrevistas semiestruturadas tornam possível uma cobertura mais profunda sobre determinados assuntos, já que a interação entre o entrevistador e o entrevistado favorece respostas espontâneas, podendo ainda surgir questões inesperadas que poderão ser de grande utilidade para a pesquisa.

O roteiro da entrevista semiestruturada compreendeu três partes: dados básicos sobre o participante, vivências relacionadas ao tema e as percepções do participante sobre a abordagem da racialidade em suas formações. Destaca-se ainda que tais entrevistas tiveram duração média de 30 minutos e ocorreram de forma online através da plataforma Google Meet, tendo em vista a segurança de pesquisadora e participantes, considerando que a pesquisa foi realizada durante o auge das medidas de distanciamento, considerando a pandemia de Covid-19. Conforme exposto no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - assinado digitalmente devido ao caráter online da pesquisa - as entrevistas foram ainda gravadas e deletadas após a transcrição.

Posteriormente, tais dados foram discutidos através do método de análise de conteúdo. Considerando o que propõem Silva e Fossá (2015), a análise envolveu três momentos principais: a pré-análise (leitura do material eleito, organização do material a ser investigado), a exploração do material (construção das operações de codificação, classificação e agregação das informações em categorias), e por fim, a interpretação (captação dos conteúdos manifestos e latentes contidos no material coletado). Dessa forma, com as entrevistas transcritas, ocorreu uma sistematização das ideias observadas e sua classificação em categorias, para melhor interpretação dos resultados. Assim, foi possível compreender suas percepções e relacioná-las com o exposto na revisão de literatura sobre o tema.

Discussão dos resultados

Identificação do racismo

Na parte inicial da entrevista, se buscou explorar possíveis vivências dos estudantes de Psicologia entrevistados com relação ao racismo. Dessa forma, a primeira perguntava

indagava se o respondente já havia vivenciado ou presenciado alguma experiência de racismo na sua graduação.

Diante dessa questão, quatro participantes referiram que não vivenciaram ou presenciaram nenhum caso de racismo nesse espaço. De forma similar, outros respondentes afirmaram não ter vivências nesse sentido na universidade, mas as ter em outros contextos, como herança étnica e familiar racista. No entanto, os mesmos participantes que referiram não perceber racismo na universidade, relataram em seguida episódios de mensagens racistas deixadas em banheiros de uma instituição de ensino, de piadas racistas feitas por estudantes, e casos de racismo sofridos por amigos de outros cursos ou pelos poucos professores negros de sua trajetória escolar e acadêmica. Ademais, dois participantes apontaram ainda para a ausência de pessoas negras na universidade, seguindo, porém, caminhos diferentes na discussão. Ao passo em que um fez referência a essa estatística para justificar a ausência do racismo nesse espaço, outro mostrou identificar essa diferença de porcentagem entre alunos brancos, negros, indígenas e amarelos como um efeito do racismo na instituição.

É possível pensarmos sobre alguns aspectos levantados já nesse primeiro questionamento. Percebe-se que uma parte dos estudantes se deteve apenas em dizer que não visualizou racismo em seus cursos de graduação. No entanto, fica em aberto o questionamento se realmente o racismo não perpassa esse espaço ou se essa referida inexistência deriva de uma dificuldade na identificação das diferentes nuances dessa violência, que ao contrário do ideário comum, não se restringe a uma experiência de preconceito racial explícita direcionada a uma pessoa negra presente fisicamente no local.

Entretanto, se verifica através das respostas de outros participantes, o reconhecimento de que o racismo opera de diferentes formas. Havendo quem identificasse na própria família uma herança étnica racista e quem atentasse para casos de frases racistas escritas em locais como banheiros e mesmo para “piadas” de cunho racista que circulam livremente.

Sobre essa primeira manifestação, cabe citar que casos similares vêm acontecendo de forma cada vez mais recorrente em universidades de diferentes regiões do país, e que, portanto, necessitam ser levadas a cabo na justiça com devida responsabilização dos culpados. Sobre a segunda, ressalta-se a igual relevância do combate ao racismo recreativo, já que como aponta Moreira (2019), as piadas são produtos culturais e manifestam mensagens que legitimam arranjos sociais e hierárquicos existentes, portanto, precisam ser entendidas enquanto discursos que expressam hostilidade contra minorias raciais.

Denota-se neste grupo uma maior compreensão da amplitude do racismo, porém parece ocorrer uma relutância em identificar e nomear essas experiências de violência, o que pode fazer alusão a uma tentativa de negação, falta de apropriação sobre o tema, ou ambos. Nesse sentido, os resultados puderam fornecer uma visão introdutória da relação dos entrevistados com o tema, e ainda lançar um questionamento inicial a ser explorado a seguir: a capacidade de compreensão e identificação do racismo demonstrada por eles deriva meramente de vivências individuais, ou diz respeito a uma falta de apropriação que tem bases também na ausência do debate racial no processo formativo?.

Presença negra no processo formativo

A segunda questão indagava se os participantes têm ou tiveram professores(as) negros(as) na graduação em Psicologia. Apenas três estudantes responderam que em algum ponto de seus cursos já tiveram professores negros. Porém destes, apenas um sendo professor atuante no curso de Psicologia especificamente. Todos os outros respondentes não tem e não tiveram professores negros em seu processo formativo. Tal informação ilustra a ausência de pessoas negras no espaço universitário, tanto enquanto estudantes, quanto como professores.

Oliveira, Nunes e Antloga (2019) apontam que mesmo quando as instituições viabilizam o acesso de pessoas negras nesse espaço, diversos fatores implicam na sua evasão. Dessa forma, enquanto é extremamente positivo o papel das políticas de ação afirmativa como as cotas, são necessárias também ações de permanência que vão desde auxílios financeiros, até organizações sociais que gerem uma rede de apoio entre estudantes negros, promovendo o sentimento de identificação e pertencimento.

De forma análoga a questão anterior, a seguinte indagava se professores(as) do curso de Psicologia já sugeriram leituras ou trabalharam obras de autores(as) negros(as). De forma geral, os entrevistados afirmaram que não foram trabalhados autores(as) negros(as) em sua graduação, ou que não saberiam informar pois não lembravam. Logo, o que se observa é uma explícita ausência de autores e psicólogos negros no processo formativo, resultado que corrobora com a discussão realizada sobre Racialidade e Produção de Conhecimento, acerca do silenciamento e subjugação da produção de conhecimento negro.

De forma similar, Oliveira, Nunes e Antloga (2019), também apontam os efeitos do epistemicídio no espaço acadêmico, que vão desde a ausência física de estudantes negros, até a ausência da produção intelectual de autores negros nas ementas das disciplinas, e a falta do

reconhecimento das diferenças raciais na realização de estudos em ciências sociais e humanas. Ressalta-se então, a necessidade de romper com a lógica operante que desqualifica e silencia a produção negra de conhecimento.

Revela-se também, que como trazido por alguns respondentes, quando essas obras são trabalhadas, elas parecem ficar sob responsabilidade de disciplinas e professores específicos, geralmente relacionados à Psicologia Social e Políticas Públicas. Nesse sentido, é perceptível como ocorre uma tentativa de redução da produção de conhecimento de pessoas negras ao tema do racismo, de modo que não passa pelo imaginário comum que obras de pessoas negras possam ultrapassar a temática racial e abordar qualquer outro conteúdo ou área também pertinente ao psicólogo.

Ainda na exploração do tema, foi investigado o entendimento dos entrevistados sobre a importância de estudar autores(as) negros(as) na graduação. As respostas obtidas fluíram no sentido de considerar essencial estudo, de modo que a maioria justificou essa importância pela necessidade de se “dar voz”, “visibilidade” e apresentar uma “diversidade”. Percebe-se em falas nesse sentido, mesmo que despercebido por seus emissores, um caráter intrínseco de assistencialismo, que deixa de lado a relevância epistemológica que precisaria perpassar a discussão.

Dessa forma, parece faltar a compreensão de que o enfrentamento desse silenciamento não se constitui um favor à população negra, mas passa por um reconhecimento do valor epistemológico de conhecimentos não brancos. Assim, a questão fundamental é ofertar ao processo formativo conhecimentos que até então vem sendo deixados de lado, e que geram um vácuo na formação acadêmica. Vácuo este que apesar de ignorado, pode ter efeitos cruéis como a reprodução do racismo na atuação profissional e na estrutura da sociedade como um todo.

Este caráter assistencialista surge também nas respostas à questão seguinte, que buscava entender as percepções dos entrevistados sobre políticas de ação afirmativa relacionadas ao acesso de pessoas negras ao ensino superior. Mesmo sendo referido por alguns que nunca haviam pensado sobre isso, o posicionamento a favor de políticas como as cotas para pessoas negras foi unânime. Todos os participantes basearam suas respostas na desigualdade socioeconômica observada no país, que provoca uma disparidade entre pessoas brancas e negras no acesso ao ensino desde seu nível básico até superior, e consequentemente no mercado de trabalho.

Apropriação do debate racial

Objetivando compreender as percepções construídas pelos participantes acerca do tema, foram questionados seus entendimentos acerca de alguns conceitos relevantes à discussão. A primeira pergunta investigava o conceito de raça na perspectiva dos respondentes. Muitos dos entrevistados definiram raça a partir da “origem” e relacionada apenas a “genética”, “traços”, “tom de pele”, e “fenótipo”. Outra parcela reconheceu que além de características físicas, raça envolve uma dimensão subjetiva, social e cultural, expressa por termos como “auto identificação psicológica”, “etnicidade”, “cultura” e “modos de viver”.

Assim, de forma geral, foi identificada uma predominância da visão de raça amparada na biologia. Ressalta-se então o quanto a visão de raça como fator puramente biológico ainda permeia muito a sociedade, e como a compreensão de ‘raça social’ descrita no presente trabalho também através de Guimarães (1999a), é uma discussão que parece ainda não ter sido acessada pela população do estudo.

Houve ainda, por um respondente, a definição de raça como uma mera divisão social e política. E por fim, a fala de um participante de que o social divide e separa muito as coisas, mas de que todas as pessoas são iguais. Esta percepção possui raiz evidente no mito da democracia racial derivada da obra de Gilberto Freyre, ideia que vem sendo criticada enquanto obstáculo para o reconhecimento e superação da desigualdade racial atuante no país.

Em relação ao conceito de racismo, as percepções foram todas similares. De forma geral, os estudantes definiram essa experiência como o “preconceito”, “desrespeito”, “ofensa”, “injúria” e “intolerância” a uma pessoa por sua “cor de pele”. Assim, se denota uma redução do racismo enquanto uma experiência individual e explícita, e a dificuldade de compreender as variadas formas de expressão e o caráter estrutural dessa violência.

Foi explorado ainda o conceito de racismo estrutural, e de maneira mais basilar, se o participante já teve contato com esse termo. Uma parte dos entrevistados, mesmo relatando receio em falar sobre, pelo seu contato superficial com o tema, trouxe aspectos importantes da noção de racismo estrutural, abordando seu caráter de impregnação na forma como a sociedade opera reproduzindo e naturalizando práticas racistas. Em contrapartida, o restante afirmou nunca ter ouvido o termo, e, portanto, não tendo a possibilidade de desenvolver maior entendimento sobre o tema.

Outro ponto investigado foi a percepção dos estudantes sobre racialidade e Psicologia, e mais especificamente, que relações poderiam ser estabelecidas entre os conteúdos. Alguns participantes afirmaram perceber relação entre os temas, mas se detiveram em falar que seria interessante saber a compreensão da Psicologia sobre o racismo, não discorrendo mais sobre o assunto. Um respondente colocou que prezando a saúde mental é dever do profissional combater o racismo, trazendo informações científicas sobre o tema e construindo políticas. Outra participante ressaltou a importância de se aprender sobre o tema para evitar a reprodução de falas preconceituosas, o que poderia impactar na relação estabelecida com um paciente.

Houve ainda quem referisse que a Psicologia buscou manter uma posição neutra sobre muitas questões, mas precisa se posicionar, pois é necessário que se aprenda sobre “assuntos da sociedade” para saber lidar e lutar pelas suas causas. Por fim, outros dois participantes trouxeram tanto a visão de trabalhar com os impactos do racismo na saúde mental e subjetividade da população negra, quanto atuar com quem o pratica e as motivações por trás dessa capacidade de cometer tais práticas. Dessa forma, foram identificadas considerações importantes sobre a falsa neutralidade da ciência psicológica ao longo da história, e sobre algumas das muitas contribuições que podem ser obtidas na conexão das temáticas.

Ampliando a discussão, pode-se inferir que a falta de apropriação sobre o tema ilustra também o fato de que as pessoas brancas não se veem como racializadas. Especialmente considerando que “[...] a grande maioria dos psicólogos e pesquisadores são brancos e socializados entre uma população que se acredita desracializada, o que colabora para retificar a ideia de que quem tem raça é o outro [...]” (SCHUCMAN, 2014, p. 84).

Com base no exposto, denota-se que a construção das percepções de cada entrevistado sobre esses conceitos, vêm tanto de um contato com o tema ao longo de sua vida a partir de experiências pessoais enquanto sujeitos racializados, quanto ao estudo da temática racial no ensino superior, tema discutido a seguir.

Abordagem da racialidade

Realizando uma discussão mais direcionada à hipótese de pesquisa levantada, as questões a seguir investigaram a abordagem da racialidade nas graduações de Psicologia. Três participantes afirmaram que essas temáticas não foram abordadas em momento algum, e um destes ressaltou que como parte da comissão organizadora da semana acadêmica de seu curso,

o tema não surgiu como pauta na pesquisa realizada com as turmas dos diferentes níveis. As demais respostas reforçaram as anteriores, acrescentando que não ocorreram disciplinas ou aulas sobre o tema, restringindo a abordagem do racismo a debates pontuais quando violência ou preconceito estavam em pauta. Ainda, duas estudantes da mesma instituição apontaram que as discussões sobre racismo ficaram concentradas nas disciplinas ministradas por um único professor do curso.

Diante disso, torna-se explícita a ausência da temática no processo formativo dos futuros psicólogos entrevistados. De modo que mesmo quando a temática surge, isso se dá de forma espaçada e superficial, através de professores ou disciplinas específicas, que não chegam a abordar o tema em si como conteúdo, mas o tomam como lugar possível de problematização. Resultados que corroboram com os identificados por Santos e Schucman (2015), que evidenciaram que na formação de psicólogos o tema das relações raciais não é estudado com profundidade, se detendo a momentos pontuais como eventos extracurriculares, debates espontâneos ou discussões levantadas por professores.

Investigando o que os entrevistados pensam sobre essa abordagem ou sua falta, as respostas expressaram interesse em um maior aprofundamento do tema racialidade. Assim, uma participante justificou a importância de desmistificar termos e conceitos sobre raça apreendidos. Outro apontou que espera que essa mudança venha através de uma reforma curricular, mas que o combate ao racismo depende de uma mudança de toda a sociedade que só pode se dar através do tempo e da conscientização. Um participante disse ainda que via isso como um grande desafio, exigindo uma “bagagem” de conhecimentos e instrumentos.

Ademais, uma participante colocou que essa ausência de espaço para o tema se origina do fato da sociedade ainda perceber muito o racismo como “vitimismo” e, portanto, a temática não é vista como importante em comparação com áreas da Psicologia que acabam sendo priorizadas. Concordando com o levantado pela participante, se observou na fala de outro respondente que esse assunto é importante, e deveria ser abordada através de uma disciplina eletiva ou em algumas disciplinas obrigatórias, mas que as coisas precisam ser filtradas pois é muito difícil abordar em cinco anos de graduação todos os assuntos que são “importantes para a sociedade”.

Denota-se que, por um lado, os participantes compreendem a importância e manifestam interesse em estudar o tema, mas por outro, justificam esta demanda de um modo genérico. Isto pode ser entendido como um reflexo da falta de abordagem e de apropriação do

tema que vem sendo debatido até aqui. Dessa forma, fica perceptível o receio ou resistência para estudar sobre a temática. Ainda, em geral, as respostas denotam uma compreensão desta temática como “uma questão social” e não necessariamente como um conteúdo da Psicologia.

De forma mais incisiva, a penúltima pergunta indagava o quanto os entrevistados se sentiriam preparados para atuar em demandas relacionadas ao racismo. Novamente, de modo geral os estudantes responderam não se sentirem preparados. Muitos relataram que é raro estar preparado totalmente para lidar com algo, então que “aceitariam a demanda”, mas teriam que estudar mais e se aprofundar no assunto. Ainda, os entrevistados denotaram que, em geral, se sentiriam inseguros e desconfortáveis sobre a possibilidade de reproduzir falas e práticas preconceituosas, mas que iriam manejar isso perguntando ao paciente se o fizeram, e caso sim, se desculpando e buscando estudar sobre.

Diante de tais respostas, se escancara o efeito da preocupante ausência do debate nos cursos de Psicologia. Principalmente posto que ao desprezar a subjetividade negra e, portanto, “limitar-se às concepções brancas e europeias acerca de saúde mental e sofrimento psíquico, a psicologia brasileira deixa de contemplar e tratar adequadamente 54% da população do país, composta por negros e negras.” (VEIGA, 2019, p. 245).

Sendo assim, um dos efeitos mais marcantes disso é a possível responsabilização da vítima e perpetuação do racismo pelos próprios psicólogos, gerando mais sofrimento e podendo levar ao abandono de tratamentos psicoterapêuticos e a não procura de serviços de saúde em geral, deixando a população negra novamente desassistida.

Cabe apontar ainda que as respostas sugeriram uma compreensão de que a demanda do racismo é exclusiva ou mais presente no atendimento clínico individual, na perspectiva de atender uma pessoa que sofreu racismo. O que parece demonstrar uma dificuldade de dimensionar uma atuação ampla da Psicologia, entendendo que a abordagem das relações raciais pode beneficiar a atuação em diversas áreas.

A questão do encerramento da entrevista investigou a percepção da necessidade de os estudantes de Psicologia estudarem essas temáticas na graduação. Todos os respondentes afirmaram ser importante, porém, a variação se observou novamente nas justificativas por trás dessa percepção. Alguns apontaram que sendo psicólogo e tendo essa demanda é importante conhecer minimamente o assunto para poder “ter empatia”. Ainda houve quem destacasse a responsabilidade da universidade em produzir conhecimentos que contribuam com a mudança da sociedade. Ou porque a Psicologia deve ser espaço de todos e é preciso naturalizar a

discussão do tema para que seja possível criar ideias sobre, e desafiar o aspecto contraditório de se estudar teorias que não dão conta da realidade da população brasileira.

Outra participante respondeu que todo assunto não estudado gera alienação, mas que todo profissional precisa continuar estudando depois de formado. Por fim, destaca-se ainda, que exceto uma participante que considerou interessante que o debate se apresentasse de forma natural em todos os semestres, a maioria dos participantes apontou a dificuldade de abordar tantas coisas, e que, portanto, seria interessante ter uma noção básica.

Ressalta-se essa marcante ambivalência que sinaliza a falta de espaço para o assunto ser acrescentado ao currículo e visto de forma mais contundente. Questiona-se se o fato de a temática racial não ser vista como prioritária, e se essa cisão em reconhecer o racismo como um ‘assunto social’ e não como um conteúdo da Psicologia, não é por si um efeito do racismo estrutural que atravessa a sociedade e todos seus componentes.

Se mostra fundamental questionar então, diante das características da sociedade brasileira: O que é fundamental na formação do psicólogo? Que conhecimentos podem ser abordados de forma periférica e quais não podem? Essa redução da importância da discussão por futuros profissionais da Psicologia não vem apenas de construções individuais, vem justamente dessa falta de abordagem causada pelo epistemicídio, que gera profissionais que reconhecem sua falta de apropriação e tem receio de trabalhar a temática.

Dessa maneira, como acrescentam Schucman, Nunes e Costa (2017), a Psicologia deveria estar entre as áreas fundamentais na produção de conhecimento e no enfrentamento do racismo, já que essa violência é promotora de desigualdade e de sofrimento psíquico. Desse modo, é necessário que os estudantes de Psicologia sejam expostos à temática desde a graduação, considerando que essa se configura um rico momento de construção de conhecimentos basilares para a atuação na área.

Nessa perspectiva, reconhecendo a rara menção do tema nos currículos de Psicologia, o Conselho Federal de Psicologia (2017) propõe que raça e racismo sejam inseridos transversalmente na formação de psicólogos. Somente deste modo é possível apresentar a temática de modo que desperte interesse nos estudantes pela busca de conhecimento das relações raciais e seus efeitos na constituição, diferenciação, hierarquização e localização dos sujeitos na sociedade.

Considerações finais

Em caráter de conclusão, cabem alguns apontamentos acerca da realização da presente pesquisa. Algumas limitações da pesquisa referem-se à restrita amostra de entrevistados. Fator resultante da dificuldade de acesso a estudantes em formato de ensino remoto gerado pela pandemia do Covid-19, o que implicou no uso de uma metodologia que pode ter limitado também a espontaneidade das respostas obtidas. Ademais, considerando que o foco do trabalho foi o racismo contra negros, apontam-se como possibilidades de pesquisas futuras investigar a relação entre Psicologia e outras formas de discriminação e violência.

Por fim, respondendo a hipótese apresentada no projeto de pesquisa do presente trabalho de conclusão de curso, pôde se confirmar que os estudantes de Psicologia entrevistados percebem o estudo da racialidade e seus desdobramentos como uma temática a ser melhor explorada na formação do psicólogo, sendo necessária para basear uma melhor atuação profissional relacionada ao racismo. Nesse sentido, destaca-se o quanto a Psicologia precisa romper com a forma universalista de compreender o ser humano, e preparar psicólogos críticos e sensíveis que considerem as condições históricas e sociais racistas sobre a qual a sociedade brasileira se fundamenta.

Referências

- ANDRADE, É. A opacidade do iluminismo: o racismo na filosofia moderna. *Kriterion*, Belo Horizonte, v. 58, n. 137, p. 291-309, ago. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-512X2017000200291&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 abr. 2020.
- BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027>>. Acesso em: 25 maio 2020.
- CARNEIRO. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. Selo Negro, 2015.
- CASTELAR, M.; SANTOS, C. C. de O. Relações raciais no ensino de Psicologia: uma experiência de sensibilização. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, v. 1, n. 1, p.75-86, dezembro, 2012. Disponível em: <<https://www5.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/43/43>>. Acesso em: 10 abr. 2020.
- CASTRO-GÓMEZ, S. *La hybris del punto cero: Ciencia, raza y ilustración em em la Nueva Granada (1750-1816)*. Columbia: Editorial Pontificia Universidad Javeriana. 2005.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2017.
- DIEHL, A. A. *Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas*. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

- GUIMARÃES, A. S. A. *Raça e os Estudos de Relações Raciais no Brasil*. São Paulo: Novos Estudos CEBRAP, 54, 147-156, 1999a. Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/wp-content/uploads/2018/11/GUIMARAES-Raça-e-os-estudos-de-relações-raciais-no-Brasil.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da População brasileira: 2019* / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2020.
- INSTITUTO DA MULHER NEGRA, Geledés a. *Racismo institucional uma abordagem conceitual*. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/FINAL-WEB-Racismo-Institucional-uma-abordagem-conceitual.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2020.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó. 2019.
- MASIERO, A. L. A Psicologia racial no Brasil (1918-1929). *Estudos de Psicologia (Natal)*, Natal, v. 10, n. 2, p. 199-206, ago. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2005000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 abr. 2020.
- MIGNOLO, W. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. N. 32 (v. 94), 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/abstract/?lang=pt>. Acesso em 20 fev 2023.
- MORAES, Fabiana. *No País do Racismo Institucional: dez anos de ações do GT racismo no MPPE*. Coordenação Assessoria Ministerial de Comunicação Social do MPPE, Grupo de Trabalho sobre Discriminação Racial do MPPE – GT Racismo. Recife: Procuradoria Geral de Justiça, 2013. Disponível em: <<https://www.mppe.mp.br/mppe/images/Livro10web.pdf>>. Acesso em: 26 mar 2020.
- MOREIRA, A. *Racismo recreativo*. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- MUNANGA, K. Palestra: Uma Abordagem Conceitual Das Noções De Raça, Racismo, Identidade E Etnia. *Seminário Nacional Relações Raciais E Educação*, 3. Rio de Janeiro: PENESB, 2003. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-no-coes-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2020.
- OLIVEIRA, F.; NUNES, T.; ANTLOGA, C. Dinâmica de prazer e sofrimento de estudantes negras de faculdades de Brasília – Epistemicídio, racismo e machismo. *Psicologia Revista*, v. 28, n. 1, p. 103-124, 2019. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/psicorevista/article/view/38914>>. Acesso em: 14 nov. 2020.
- OLIVEIRA, R. J.; OLIVEIRA, R. M. S. Origens da segregação racial no Brasil. *Amérique Latine Histoire et Mémoire. Les Cahiers ALHIM* [Em linha], 29 | 2015, Publicado el 18 junio 2015. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/alhim/5191>>. Acesso em: 31 mar. 2020.

RAMOS, J. de S. Ciência e racismo: uma leitura crítica de Raça e assimilação em Oliveira Vianna. *Hist. cienc. Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. 10, n. 2, p. 573-601, ago. 2003. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702003000200005>.

Acesso em: 08 abr. 2020.

SACCO, A. M.; COUTO, M. C. P. de P.; KOLLER, S. H. Revisão sistemática de estudos da psicologia brasileira sobre preconceito racial. *Temas psicol.*, Ribeirão Preto, v. 24, n. 1, p. 233-250, mar. 2016. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2016000100012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 abr. 2020.

SANTOS, A. de O. dos; SCHUCMAN, L. V. Desigualdade, relações raciais e a formação de psicólogo(as). *Rev. Epos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 117-140, dez. 2015. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2015000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 10 abr. 2020.

SANTOS, A de O. dos.; SCHUCMAN, L. V.; MARTINS, H. V. Breve histórico do pensamento psicológico brasileiro sobre relações étnico-raciais. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 32, n. spe, p. 166-175, 2012. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932012000500012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 abr. 2020.

SCHUCMAN, L. V. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 83-94, abr. 2014. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822014000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 abr. 2020.

SCHUCMAN, L. V.; MARTINS, H. V. A Psicologia e o Discurso Racial sobre o Negro: do “Objeto da Ciência” ao Sujeito Político. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 37, n. spe, p. 172-185, 2017. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932017000500172&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 abr. 2020.

SCHUCMAN, L.; NUNES, S.; COSTA, E. A Psicologia da Universidade de São Paulo e as relações raciais: perspectivas emergentes. *Psicologia USP*, v. 28, n.1, p. 144-158, 2017.

Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0103-6564A20132413>>. Acesso em: 08 set 2019.

SILVA, T. D. Panorama social da população negra. In: SILVA, T. D. & GOES, F. L. (Orgs.). *Igualdade racial no Brasil: reflexões no Ano Internacional dos Afrodescendentes*. Brasília: IPEA, 2013, p. 13-28. Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_igualdade_racialbrasil01.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2020.

SILVA; A. H.; FOSSÁ, M. I. T. Análise de Conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. *Qualitas Revista Eletrônica*, v. 17, n. 1, 2015. Disponível em: <<http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/2113>>. Acesso em: 29 abr. 2020.

SILVÉRIO, V. R. Ação Afirmativa: uma política pública que faz a diferença. In: PACHECO, J. Q.; SILVA, M. N. da. (Orgs.). *O negro na universidade: o direito a inclusão*. Fundação Cultural Palmares, Brasília, 2007. p. 21-42. Disponível em:

<[http://www.uel.br/neab/pages/arquivos/Livros%20\(atualizacao%20do%20site\)/O%20negro%20na%20universidade%20-%20o%20direito%20a%20inclusao.pdf](http://www.uel.br/neab/pages/arquivos/Livros%20(atualizacao%20do%20site)/O%20negro%20na%20universidade%20-%20o%20direito%20a%20inclusao.pdf)>. Acesso em: 17 abr. 2020.

VEIGA, L. M. Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. *Fractal, Ver. Psicol.*, Rio de Janeiro, v. 31, n. spe, p. 244-248, set. 2019. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922019000600244&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 abr. 2020.

VINUTO, J. A amostragem de bola de neve em pesquisa qualitativa: um debate aberto.

Temáticas, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014. Disponível em:

<https://www.academia.edu/16320788/A_Amostragem_em_Bola_de_Neve_na_pesquisa_qualitativa_um_debate_em_aberto>. Acesso em: 25 maio 2020.